

cida pelo DETRO/RJ. Faz exposição sobre o projeto de Serviço de Inteligência e Monitoramento, iniciado no ano corrente, explicando o que é, como funciona, quais os objetivos, finalidade. Em seguida, fez a exibição da ovidente itinerária com os novos projetos, já em vigor, tais como, "Velhinhas Espiãs", "Operações Acessibilidade", "Whatsapp Fale Detro" e "Fiscal de Bônus". Exibiu o novo projeto que está previsto para iniciar antes da licitação intitulada de "Guia de Bônus" tendo por escopo dar maior transparência e aproximar os cidadãos desta Autarquia regulatória. E, por fim, apresentou os projetos estruturantes já em andamento, tais como arcação jurídica e concurso público.

O Presidente saudou a presença do Sr. Eduardo Branco, representante do Deputado Estadual Felipe Soares. Com a palavra, o Professor Eduardo Leal, representante do corpo técnico da Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ, o qual apresentou o projeto básico operacional, expôs as diretrizes gerais de como funcionará o sistema.

O Presidente saudou a presença do Sr. José Felinto, representante da Confederação Nacional dos Usuários das Transportes Coletivos, Rodoviários, Ferroviários, Metrorráneos, Hidroviários e Aéreos. Dando continuidade, foi dada a palavra ao Sr. Sérgio Gustavo, também integrante da equipe técnica da Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ, o qual apresentou as principais regras do Edital e Contrato de Concessão, demonstrando os requisitos necessários para a participação da licitação.

Foi lido o regulamento, dando início a manifestação oral somente dos participantes devidamente cadastrados presencialmente. O Sr. Romualdo Luiz Monteiro de Barros, representante do jornal Itaboraí, fez uso da palavra e indagou sobre quando teremos transporte público grátis em Itaperuna. Já temos no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e o melhor é o "Vermelhinho de Maricá", totalmente grátis.

O Sr. Felipe Quintanilha, da empresa Sanjaneiras Campos, fez uso da palavra e questionou se, para fins de qualificação técnica, além de experiência anterior de no mínimo 05 anos, haverá mais exigências, tais como: experiência com tecnologia embarcada, biblioteca eletrônica, garagem (estrutura física operacional). Indagou se em caso de consórcio, esta qualificação terá que ser isolada ou para o consórcio (consórcio das experiências). Indagou se a questão da licitação ser pelo maior valor de outorga é algo definitivo. Indagou, por fim, se mesmo diante de tantas manifestações da população sobre tarifas, não haveria possibilidade de adotar o critério de menor tarifa.

O Sr. Roberto Virgílio Duarte, do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Campos dos Goytacazes fez a seguinte colocação: gostaria de saber se há como garantir no Edital de licitação a garantia de emprego e dos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores pelas empresas ganhadoras.

A Sra. Lucía Pimentel, representante da Fetranspor, indagou se, para a integração física e tarifária, os terminais serão investimentos públicos ou privados.

O Sr. Jassair de Souza, Presidente da Associação de Moradores do bairro Vale Sol, fez uso da palavra e protestou pela necessidade da presença das linhas Pádua x Macaé e Porciúncula x Macaé na licitação.

O Sr. José Felinto, representante da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos Rodoviários, Ferroviários, Metrorráneos, Hidroviários e Aéreos fez uso da palavra e indagou se as gratuidades atuais e futuras terão fontes de custeio. O Sr. Leonardo Bastos, Vice-prefeito de Lago do Muraiá, fez uso da palavra e indagou por que o transporte complementar ou alternativo não está regulamentado.

O Sr. Gustavo Nader Jr. Rodrigues, representante da Sinter, indagou qual a justificativa e a real necessidade para que uma empresa não possa participar do certame em mais de um consórcio em lotes diferentes. E, ainda, estudos realizados na categoria econômica revelam que a média do sistema para os índices IIG e SG são bem inferiores aos indicados nas apresentações. O Estado deseja afastar a grande maioria dos atuais operadores? Em caso negativo, os índices podem ser alterados para contemplar a realidade das empresas do Estado do Rio de Janeiro?

A fim de que cada audiência pública e os slides com a apresentação de cada uma serão disponibilizados no sítio eletrônico do DETRO/RJ.

Por não haver mais manifestações, o Senhor Presidente da sessão pública informou que a Ata da sessão e o Relatório específico da Audiência Pública serão oportunamente disponibilizados na internet, no endereço eletrônico do DETRO/RJ referente à Audiência Pública nº 01/2015. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão às 12:00 horas, após certificar-se de que não havia novas manifestações a serem feitas. Em conformidade com a Portaria DETRO/PRES nº 1.223, de 13 de outubro de 2015, esta ata foi lavrada pela ASJUR/RJ e subscrita por ela, pelo Presidente do DETRO/RJ, pelo Presidente da Sessão e da Audiência Pública e pelo Secretário/Moderador.

CARLOS LUIZ MARTINS PEREIRA E SOUZA Presidente do DETRO/RJ

Às 09 de novembro de 2015, às 14:00 horas, no auditório do SE-SISENAI, localizado na Avenida Deputado Bartolomeu Lisandro, nº 662, Itaboraí, Campos dos Goytacazes, RJ, foi realizada a sessão pública da Audiência Pública nº 01/2015, realizada pelo Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, vinculada à Secretaria de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro - SETRANS/RJ, em conformidade com a publicação da Convocação de Audiências Públicas, no Diário Oficial do dia 09 de outubro de 2015, parte I, página 53 e, também, em grandes jornais de circulação estadual, tais como: O Fluminense, publicada em 09 de outubro de 2015 e Jornal do Commercio, em 09, 10 e 11 de outubro de 2015. Além disso, foi amplamente divulgada, por meio de: (i) banner fixados nas rodovias e nos locais de cada audiência pública; (ii) sítio eletrônico do DETRO/RJ e (iii) display nos andares desta Autarquia.

A Audiência Pública nº 01/2015 tem o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições para a elaboração do Edital e anexo para o concurso de prestação dos serviços públicos de exploração de transporte rodoviário intermunicipal coletivo de passageiros por ônibus no Estado do Rio de Janeiro a serem prestados de forma interrompida e obrigatória pelo concessionário, em caráter de exclusividade, pelo período de 20 (vinte) anos.

Para composição da Mesa de Abertura da Sessão Pública foram indicados as seguintes representantes:

Presidente do DETRO/RJ: Sr. Carlos Luiz Martins Pereira e Souza; Deputado Estadual João Peixoto - Membro da Comissão de Transportes da ALERJ; Vereador de Campos dos Goytacazes Sr. Miguel Ribeiro Machado "Miguellão";

Vice-presidente da Federação dos Rodoviários do Rio de Janeiro: Sr. José Rodrigues da Costa Mariano; Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Campos dos Goytacazes Sr. Roberto Virgílio;

Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarou aberto o ato e fez a leitura do regulamento da Audiência Pública, conforme Portaria DETRO/PRES nº 1.223, de 13 de outubro de 2015. Em seguida, saudou os representantes que compareceram a Mesa de Abertura, dando a palavra a cada um e, ainda, saudou aos presentes.

O Sr. Victor Gomes Vieira Carvalho, representante da Associação Núcleo de Educação Ambiental da Baía de Guanabara;

O Sr. Adriano da Silva Rodrigues, representante do Deputado Felipe Soares;

O Sr. José Felinto, representante da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos, Rodoviários, Ferroviários, Metrorráneos, Hidroviários e Aéreos;

O Sr. Luiz Rocha, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Conceição de Macabu;

Em seguida, a Mesa de Abertura foi desfeita, para que fosse composta a Mesa de Exposição da Sessão Pública, com os seguintes representantes:

Dra. Andrea Sabione - Presidente da Mesa; Sr. Presidente do DETRO/RJ Carlos Luiz Martins Pereira e Souza;

Sr. Pedro Quintão Pereira Filho - Secretário da Mesa; Professor Roberto Richter - representante do DETRO/RJ;

Sr. Sérgio Gustavo - técnico da FGV, representante do DETRO/RJ; Professor Eduardo Leal - técnico da FGV, representante do DETRO/RJ;

Com a palavra o primeiro expositor, Sr. Carlos Marins, Presidente do DETRO/RJ, fez a seguinte exposição geral do serviço de transporte do Estado do Rio de Janeiro, bem como apresentou como o Estado espelha o futuro do serviço, arca licitado, tendo como foco o bem-estar do usuário.

Em seguida, o Presidente agradeceu a presença dos seguintes representantes:

O Sr. José Carlos Monteiro, Vereador e Presidente da Comissão de Transportes da Câmara de Campos dos Goytacazes; Secretário de Transportes de São Fidélis Sr. Idelfonso Mala Azevedo Jr.

Com a palavra, o professor Roberto Richter, representante do DETRO/RJ, apresentou a missão, atribuição e função institucional exercida pelo DETRO/RJ. Faz exposição sobre o projeto de Serviço de Inteligência e Monitoramento, iniciado no ano corrente, explicando o que é, como funciona, quais os objetivos, finalidade. Em seguida, fez a exibição da ovidente itinerária com os novos projetos, já em vigor, tais como, "Velhinhas Espiãs", "Operações Acessibilidade", "Whatsapp Fale Detro" e "Fiscal de Bônus". Exibiu o novo projeto que está previsto para iniciar antes da licitação intitulada de "Guia de Bônus" tendo por escopo dar maior transparência e aproximar os cidadãos desta Autarquia regulatória. E, por fim, apresentou os projetos estruturantes já em andamento, tais como arcação jurídica e concurso público.

O Presidente agradeceu a presença das senhoras:

Sr. Mauro Silva, Vereador de Campos;

Sr. João Gonçalves dos Santos do ONG Um Novo Projeto de Vida.

Com a palavra, o Professor Eduardo Leal, representante do corpo técnico da Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ, o qual apresentou o projeto básico operacional, expôs as diretrizes gerais de como funcionará o sistema.

O Presidente agradeceu a presença das senhoras:

Sr. Gabriel Rocha da Costa Machado, Diretor do Centro Comunitário Direitos da Comunidade;

Sr. Gilmar Nogueira, Diretor do DETRAN de Campos dos Goytacazes;

Dando continuidade, foi dada a palavra ao Sr. Sérgio Gustavo, também integrante da equipe técnica da Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ, o qual apresentou as principais regras do Edital e Contrato de Concessão, demonstrando os requisitos necessários para a participação da licitação.

Foi lido o regulamento, dando início a manifestação oral somente dos participantes devidamente cadastrados presencialmente.

O Sr. José Carlos Monteiro, Vereador e Presidente da Comissão de Transportes da Câmara de Campos dos Goytacazes fez uso da palavra, indagando a respeito da possibilidade de não se licitar algumas tarifas intermunicipais atuais e equivalentes do Detro na fiscalização feita no município. Também parabenizou o Detro pelas avançadas exigências e pela realização da Audiência Pública. Expôs a necessidade de abertura de um posto avançado do Detro para atendimento, dada a distância de Campos dos Goytacazes para a capital e o lamenho do município.

O Presidente agradeceu a presença dos senhores:

Sr. Bruno Davare, Deputado Estadual;

Sr. Paulo Cesar Damiano, Vereador de Campos dos Goytacazes;

O Sr. Wagner Nunes Firmino perguntou se os dados de monitoramento estão disponíveis para acesso de qualquer cidadão.

O Sr. Vitor fez uso da palavra, indagando a respeito do indicador de consistência de ser um dos fatores de aferição dos indicadores de serviço dos mais importantes, e sugerindo uma penalização maior para ele no caso de sua ausência.

O Presidente saudou a presença do Sr. Gil Viana, Vereador de Campos dos Goytacazes.

O Sr. Talmo Nunes indagou sobre qual a taxa interna de retorno e considerada nos estudos para o critério será utilizado pelo Detro para determinar a inexequibilidade da proposta.

O Sr. Gustavo Nader Damiano Rodrigues questionou o seguinte: a FVG criou uma fórmula paramétrica com vários índices de preços a serem obtidos pelo Detro. Os reajustes serão iguais para todos os lotes? Haverá reajuste diferenciado entre lotes da região 2 e 1?

A Sra. Lucía Pimentel, da Fetranspor, indagou se, em substituição à outorga, o Estado considera a possibilidade de convertê-la para investimentos necessários ao setor? Vejamos, os aeroportos brasileiros concessionados: a União recebeu valores astronômicos de outorga e os aeroportos ainda estão longe do ideal. Ainda, muito nos preocupa a informação de que o Estado permitirá a participação de fundos de investimento e instituições de previdência complementar que são empresas que não tem qualquer conhecimento do setor e da operação envolvida. Qual é a razão para isso?

O Sr. Miguel Ribeiro Machado, Vereador de Campos dos Goytacazes, questionou se as empresas ou concorrentes estão preparadas para o contrato não só no papel, mas em estrutura geral. A empresa vai contratar mão-de-obra de fora?

Luiz Aurelio da Rocha, representante da Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu, fez uso da palavra e indagou quais as principais premissas do Edital de licitação para a declaração de empresa vencedora de nome e qual a possibilidade de a Prefeitura vir a ser um parceiro na fiscalização dos serviços. Afirma que entre as premissas poderia ser colocado o maior valor de outorga e menor valor de tarifa.

O Sr. Emílio Vicente fez uso da palavra e perguntou se, quando do lançamento da licitação, se a mesma obedecerá às leis estaduais do Rio de Janeiro e federais do direito do idoso aos 60 anos? Protestou pela importância da presença no Edital de uma linha de ônibus intermunicipal que ligue São João da Barra e São Francisco através da ponte que está sendo construído pelo governo.

O Sr. Felipe Quintanilha fez uso da palavra, perguntando qual a razão da possibilidade de participação nessa licitação de fundos de investimento e instituições de previdência, até mesmo internacionais, diante de uma moeda nacional extremamente desvalorizada, isso não irá favorecer os grupos internacionais.

O Sr. Firmino Batista fez uso da palavra, indagando sobre a transparência nos critérios de cobrança de passagem. Protestou pela necessidade de transporte intermunicipal para os municípios de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, a falta de um terminal rodoviário e o preço das tarifas.

O Sr. José Rodrigues dos Santos fez uso da palavra, com a seguinte consideração: neste município (Campos dos Goytacazes) tem duas empresas intermunicipais. As empresas municipais, todas com grandes dificuldades financeiras, como participar? Não há chances.

O Sr. João Gonçalves dos Santos, representante da ONG Um novo projeto de vida, fez uso da palavra, solicitando ao Detro que faça licitação de transporte público intermunicipal de Campos dos Goytacazes a São João da Barra, pois a empresa que faz o transporte da linha citada é precária e mais cara. Questionou ainda as distorções entre os valores cobrados pelas tarifas de transporte intermunicipal do Estado do Rio de Janeiro, considerando o tamanho do trajeto percorrido.

O Sr. José Felinto fez uso da palavra, indagando a respeito do seguro obrigatório e a fim do Bônus Único de Campos dos Goytacazes.

O Sr. Inês Maria Simões Dias fez uso da palavra, indagando como se dará os procedimentos a serem adotados e que estão predispostos, já que preclarou de uma integração maior com os trabalhadores e suas representações, pois muitas cobranças serão feitas a estes.

O Sr. Victor Gomes Vieira Carvalho, da Associação Núcleo de Educação Ambiental da Baía de Guanabara, fez uso da palavra, com a seguinte consideração: tendo em vista que São Francisco de Itaboraí, município que possui o segundo pior IDH do Estado do Rio de Janeiro, sendo considerado também um dos municípios mais pobres,

possui uma forte dependência para com o município de Campos dos Goytacazes, como será pensada a tarifa entre os municípios que atenda a realidade econômica de São Francisco de Itaboraí?

A Sra. Maria Assunção Fereira fez uso da palavra, solicitando a colocação de cartazes que disponibilizem sobre os direitos dos deficientes físicos, idosos e outros, e, ainda, quanto à possibilidade de educar os jovens a darem seu lugar para as pessoas viajando sentadas.

O Sr. Luiz Cláudio Vicente Domingues perguntou em alguns lugares não há delimitação de parada de ônibus. Protestou por mais atenção ao município de São João da Barra.

A fim de que cada audiência pública e os slides com a apresentação de cada uma serão disponibilizados no sítio eletrônico do DETRO/RJ.

Por não haver mais manifestações, a Senhora Presidente da sessão pública informou que a Ata da sessão e o Relatório específico da Audiência Pública serão oportunamente disponibilizados na internet, no endereço eletrônico do DETRO/RJ referente à Audiência Pública nº 01/2015. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Em conformidade com a Portaria DETRO/PRES nº 1.223, de 13 de outubro de 2015, esta ata foi lavrada pela ASJUR/RJ e subscrita por ela, pelo Presidente do DETRO/RJ, pelo Presidente da Sessão e da Audiência Pública e pelo Secretário/Moderador.

CARLOS LUIZ MARTINS PEREIRA E SOUZA Presidente do DETRO/RJ

16/101292

Secretaria de Estado do Ambiente

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DO DIRETOR-GERAL E DO PRESIDENTE

PORTARIA CONJUNTA SEA / INEA Nº 17 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 5.955, de 13 de janeiro de 2015, publicada no D.O. de 14 de janeiro de 2015, que astina a recita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2015, o Decreto nº 46.138, de 23 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece normas para execução orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2015 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, publicado no D.O. de 03 de maio de 2010, que dispõe sobre a descentralização da execução de créditos orçamentários,

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Remuneração dos Guarda-parques referente aos meses de dezembro, com recurso proveniente do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2013, firmado entre a SEA e a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

II - VIÊNCIA: início: 05/11/2015 - Término: 31/12/2015.

III - DECONCORRENTE: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

IV - PARA EXECUTANTE: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

IV - PARA EXECUTANTE: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

IV - PARA EXECUTANTE: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

V - CRÉDITO:

PT: 2401.18.122.0002.2660 - Pessoal e Encargos Sociais.

FR: 97. ND: 3390, o valor: R\$77.004,04 (setecentos e setenta e sete mil quatro reais e quatro centavos).

PT: 2401.18.122.0002.2660 - Pessoal e Encargos Sociais.

FR: 97. ND: 3390, o valor: R\$68.974,92 (sessenta e oito mil novecentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

PT: 2401.18.122.0002.2016 - Manutenção, atividades operacionais e administrativas.

FR: 97. ND: 3390, o valor: R\$400.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 2º - O executante se obriga a cumprir, integralmente, o que orienta o art. 12 do Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, publicado no D.O. de 03/05/2010, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do término da vigência desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2015

SAINT CLAIR Z. GIACOBBO Diretor-Geral de Administração e Finanças

MARCUS DE ALMEIDA LIMA Instituto Estadual do Ambiente

16/101292

DE 12/11/2015

PROCESSO Nº E-07/013/011/2015 - Consciente o que consta dos autos do presente processo administrativo, HOMOLOGO o resultado do procedimento relativo realizado com base nas políticas de aquisição do BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, para contratação de CONSULTOR INDIVIDUAL de Engenharia, para Orientações e Avaliações Técnicas aos Projetos de Fundações e Estruturas no âmbito do PSAM, em que o Presidente da Comissão Especial de Licitação da UEP/PSAM declarou vencedor do certame o Engenheiro MIGUEL RIBEIRO DA SILVA, com o valor de R\$ 250,13 (duzentos e cinquenta reais e treze centavos) a hora trabalhada, incluindo impostos e demais itens incidentes na prestação da consultoria, para uma dedicação de até 340 (trezentas e quarenta) horas, conforme consta da Proposta do Consultor.

16/101292